



“Uma alternativa de alternativas”: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia como um espaço para a comunicação de populações tradicionais¹

Lara LAGES²
Janine BARGAS³
Rosaly BRITO⁴

Universidade Federal do Pará, Belém, PA

RESUMO

É preciso começar a buscar caminhos para além do dualismo com que se costuma pensar os processos sociais. Consideramos, assim, demasiado importante pensar de que maneira a Amazônia, que corresponde a um emaranhado de culturas e modos de vida distintos e diversos, tem sido tratada nos mais diversos campos da sociedade, incluindo a mídia. O objetivo deste estudo é refletir sobre o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia como espaço de comunicação para que as populações locais comuniquem sua realidade diante da sua invisibilidade nos meios de comunicação hegemônicos. Entendemos, então, os fascículos como instrumento para que os grupos, de posse deles, possam comunicar-se e constituir-se como visíveis socialmente e, assim, reivindicar as políticas públicas que lhes são de interesse.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia, cartografia social, comunicação, identidades.

INTRODUÇÃO

É preciso começar a buscar caminhos para além do dualismo com que se costuma pensar os processos sociais. Isso se impõe dada a complexidade de que se revestem as relações na contemporaneidade. Nenhuma ciência pode pensar seus objetos como categorias “folclóricas” e recortadas dos embates sociais de cada contexto.

Falar de Amazônia parece, ao mesmo tempo, um empreendimento repetitivo e descobridor, recorrente e inédito. Parece, então, que dentro do ambiente acadêmico ou mesmo na cotidianidade das relações sociais a Amazônia, nas suas mais diversas definições e concepções, tem estado no centro de muitos discursos. Mas o que se faz demasiado importante pensar é de que maneira essa região tem sido tratada nos mais diversos campos da sociedade, incluindo a mídia.

Este artigo traz algumas discussões do que foi tratado no nosso Trabalho de Conclusão de Curso, defendido em dezembro de 2009. Um trabalho que já se propunha a ser um estudo não conclusivo. Longe de apontar certezas, deseja incitar reflexões, não somente

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática 07 – Comunicação, Espaço e Cidadania, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Recém formada em Comunicação Social, habilitação Jornalismo, email: laratlages@gmail.com.

³ Recém formada em Comunicação Social, habilitação Jornalismo, email: ninebargas@gmail.com.

⁴ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Comunicação Social da UFPA, email: rosalysbrito@gmail.com.



no campo acadêmico, mas também permitir que venham a ser aplicadas, como deve ser o trabalho de pesquisa, à nossa experiência social.

O objetivo deste estudo, portanto, é, de modo geral, refletir sobre o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia como espaço de comunicação para que as populações locais comuniquem sua realidade diante da sua invisibilidade nos meios de comunicação hegemônicos. Especificamente, refletir sobre a invisibilidade desses grupos no campo midiático; e, ainda, refletir sobre como a emergência de velhas-novas identidades, mapeadas pelo projeto, pode significar uma estratégia política na Amazônia que, entre outros objetivos, busca modos outros de comunicação. Justifica-se, assim, essa empreitada pela tentativa de aproximar pesquisa e processos sociais, e, então, repensar os modos de entender a comunicação.

Os recursos metodológicos devem ser escolhidos de acordo com sua capacidade de resolver as questões propostas. Opondo-nos ao mito da neutralidade científica, adotamos como metodologia a pesquisa participante definida por Peruzzo (2008, p. 132) como aquela que se baseia “na interação ativa entre pesquisador e grupo pesquisado e, principalmente, na conjugação da investigação com os processos mais amplos de ação social e da apropriação coletiva do conhecimento, com a finalidade de transformar o povo em sujeito político”. E, na tentativa de uma relação horizontal, apoiadas em Paulo Freire, adotamos a transformação do objeto em sujeito, pois:

se minha opção é libertadora, se a realidade se dá a mim não como algo parado, imobilizado, posto aí, mas na relação dinâmica entre objetividade e subjetividade, não posso reduzir os grupos populares a meros objetos de minha pesquisa. Simplesmente não posso conhecer a realidade de que participam a não ser com eles como sujeitos também deste conhecimento que, sendo para eles um conhecimento anterior (o que se dá ao nível da sua experiência) se torna um novo conhecimento (FREIRE, 1981, p. 53 *apud* PERUZZO, 2008, p. 132).

Nesse sentido, utilizamos os depoimentos colhidos no âmbito do IV Encontro do PNCSA que fez um balanço do trabalho empreendido de 2005 até 2009, além das discussões sobre os planos de ações futuras, observando o diálogo entre os participantes; utilizamos entrevistas semi-abertas, que tanto podem ter o objetivo de obter informações, quanto de participação ou emancipação (EPSTEIN, 2008, p. 25), entrevistas essas realizadas com os pesquisadores do PNCSA e com os movimentos sociais mapeados; e por fim utilizamos como material empírico também os fascículos de diversas séries produzidos pelo Projeto Nova Cartografia.



1. DE QUE A AMAZÔNIA ESTAMOS FALANDO?

São várias as classificações possíveis para definir o território Amazônia. Independentemente dos critérios de delimitação (bacia hidrográfica, ecossistema, legislação, entre outros) é fato que a construção, real e discursiva, do que é a Amazônia é resultado de um longo processo, que envolve interesses, sejam eles do Estado-nação, privados ou midiáticos.

Assim como a pesquisa sobre essa região não pode ser realizada sob um só olhar, uma só ciência, é impossível se conceber uma só Amazônia. A região se torna, então, palco de disputas entre os atores que buscam entendê-la e, segundo Dutra, buscam dar a sua definição sobre o que é a Amazônia “como que a última palavra sobre o que consideram o *real* significado dessa região”.

De acordo com parâmetros metodológicos, a escolha feita para a análise a seguir foi o critério de Amazônia Legal⁵, já que, ao citar os processos de incentivo à incorporação da Amazônia ao território nacional, refere-se a propostas de órgãos oficiais. Porém, a *Amazônia* entendida por Dutra como “conceito aberto, sobre o qual se fabricam os mais variados tipos de discursos” também será citada para complementar o estudo, sendo conjugados história e discursos construídos ao longo do tempo.

Para entendê-la é preciso mergulhar nos processos históricos que a constituíram. De modo geral, como nos diz Becker, o processo de ocupação regional se vincula ao fato da ocupação do que é hoje a Amazônia, o Brasil e toda a América Latina, constituir um episódio do amplo processo de expansão marítima das empresas comerciais européias, citado anteriormente, formando-se como as mais antigas periferias da economia-mundo capitalista (BECKER, 2001, p. 135).

A ocupação da região “se fez em surtos devassadores ligados à valorização momentânea de produtos no mercado internacional, seguidos de longos períodos de estagnação” (*Ibid.*, p. 135). Desde o período colonial a região amazônica foi colocada ao largo das prioridades nacionais.

A partir da segunda metade do século XX, políticas governamentais sempre pautadas nas demandas e fluxos internacionais tiveram a Amazônia como destinatária e promoveram reconfigurações no espaço, na sociedade e na cultura da região. A proposta do Estado brasileiro era inseri-la na lógica global de desenvolvimento.

⁵ Com a Lei 1.806/1953, o Governo Vargas cria a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) com o objetivo de “elaborar planejamentos quinquenais para valorização econômica” da região (BECKER, 1990, p. 16). A partir daí, estabeleceu-se a denominada Amazônia Legal, abarcando os estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão, a Oeste do Meridiano 44.



Esse projeto de modernização da Amazônia foi violento, uma *modernização conservadora* própria dos países de capitalismo tardio, como o Brasil. Ele trouxe consigo a crença de que o novo, o moderno, era positivo para região, em contraposição aos modos de vida das populações que historicamente viveram na Amazônia, consideradas atrasadas, negativas, enclaves ao desenvolvimento do país, enfim, *tradicionais*. Ainda de acordo com Monteiro e Coelho,

com base numa avaliação de que dinâmicas decorrentes da estruturação da sociedade local eram responsáveis pelo atraso da economia regional e, ao mesmo tempo, que os atores locais seriam incapazes de se converterem em elementos propulsores de processos de desenvolvimento regional, os governos militares decidiram ‘ocupar’ a Amazônia” (*Idem*, p. 103).

Observamos, então, uma subalternização das ditas populações tradicionais, um processo histórico que marcou e marca profundamente as formas societárias dessas populações, seus modos de viver e de sentir, bem como a questão da identificação e suas relações com o território.

2. COMUNICAÇÃO PARA ALÉM DAS TECNICIDADES

Apesar de absorver do aparato tecnológico uma lógica própria de funcionamento, a comunicação não se reduz ao aspecto mecânico. Para Martín-Barbero (2006, p. 53), “a comunicação se acha presa entre fortes mudanças e densas opacidades”, pois, apesar do papel estratégico que assume na configuração da sociedade, essa comunicação é ainda mal-interpretada por “autismos epistêmicos” que a reduzem a “saberes técnicos, taxonomias psicológicas e estratégias organizacionais”.

É preciso entender antes a comunicação como *encontro*, como define Adair Peruzzolo (2006). A comunicação na contemporaneidade passa a ser uma dimensão nova da sociabilidade dos dias de hoje, isto é, ela é participante da configuração do social. Esse autor concebe a comunicação não amarrada à forma de um processo, mas a partir do valor e do lugar dos comunicantes na construção das formas de vida e cultura. Sistematiza, assim, o entendimento da comunicação em três partes: a primeira é a comunicação desde a sua natureza, isto é, a busca do sentido que instala a comunicação, a necessidade do animal de satisfação de um desejo imediato, guiado, pela percepção e a partir da qual chegará à representação; a segunda é a ligação dessa comunicação com o social; e por fim como a mediação se propõe na relação comunicação-sociedade.

É importante situar que a relação de comunicação é construída a partir de um *lugar*, como definiu Foucault ao tratar das diversas modalidades de enunciação. O discurso sofre, portanto, as interferências das significações construídas a partir das dispersões do sujeito. Nesse funcionamento discursivo, como lembra Peruzzolo, há inevitavelmente, a conformação da relação de poder – entendido como prática social e, por isso, constituído historicamente. Um poder que, para Bourdieu (2001), é simbólico na medida em que as diferenças de capital simbólico dos diferentes *campos*⁶ possibilita exercer domínio um sobre o outro.

Nesse jogo de forças, “a mídia atua nos processos de relacionamento, marcando com suas feições o processo de significação enquanto instância de negociação dos significados e sentidos” (PERUZZOLO, 2007, p. 9). É possível, então, falar em um poder dos discursos midiáticos e, na hipótese desse autor, a midiatização como forma hegemônica de construção social da realidade.

3. A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE AMAZÔNICA NA MÍDIA

Todas as imagens que consumimos se apresentam com tamanha naturalidade que até mesmo para os olhares mais críticos fica difícil não ceder à sedução dos discursos forjados pelos *media*. De acordo com Marín,

As imagens (belas) e os discursos verbalizados (incluídas as antigas falas revestidas de novidade) penetram e tornam quase desnecessário exercitar a imaginação, pois o receptor é chamado para assistir, para acatar o moralismo de estar informado; não é para questionar o oceano de elementos confusos disponibilizados pela TV ou para protestar pelo movimentos incessante ou as aparições evanescentes na tela doméstica (MARÍN, 2009, p.11).

O aumento do fluxo de informações mais do que da qualidade e consistência de seus conteúdos baliza a fragilidade do tal *real* veiculado pela mídia, *locus* da fabricação das *verdades* que são bombardeadas aos quatro cantos do mundo simultaneamente. Por meio de imagens diversas, criam-se “sutis manipulações lingüísticas e rememorações incompletas” e “fabrica-se uma História virtual, reduzida, diferente da real” (DINES, 2009).

Dutra (2009, p. 27) entende que os textos da mídia são construídos “sobre arcabouços sócio-históricos pré-existentes”. A construção do que é a realidade amazônica, baseada na supervalorização da natureza e na invisibilidade humana e urbana, é reflexo do

⁶ O conceito de “campo” é formulado por Pierre Bourdieu como “espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas)” (BOURDIEU, 2001, p. 89).



pré-construído através do discurso do colonialismo de busca de unificação e de construção da inferioridade.

A manipulação da história por meio de textos presentes em livros escolares e nos meios de comunicação, como as histórias em quadrinho, a mídia eletrônica e o cinema pode mesmo inverter o significado de fatos passados, que se refletem no presente e que por isso mesmo não interessa, aos tradicionais sistemas de poder, reavivar-lhes a memória (*Ibid.*, p. 61).

No projeto de modernização conservadora imposto à região, o *fundamentalismo do novo* serviu para justificar a subalternização das populações que historicamente nela habitam. Nessa perspectiva, Dutra enfatiza

a percepção, pelos produtores midiáticos e pelas elites, desses grupos como congelados no espaço-tempo, e uma Amazônia como sendo um lugar estabilizado no tempo, vazio humano, pleno de recursos em meio aos quais índios e demais ‘povos da floresta’ permanecem tanto invisíveis quanto ineptos para dar racionalidade econômica aos recursos naturais. Por isso, aqueles ‘povos’ são midiaticizados como diferentes, exóticos, e só em virtude destes pré-construídos tornam-se frequentes nas pautas da mídia (*Ibid.*, p. 12).

Nesse sentido, a comunicação midiaticizada, possui tanto a “capacidade de visibilizar os acontecimentos” como de invisibilizá-los de acordo com interesses hegemônicos. Para Boaventura de Sousa Santos (2006, p. 17), “muito do que não existe econômica, social, política e culturalmente é activamente produzido como não existente através de um conjunto articulado de monoculturas de saberes, de tempos, de classificações sociais, de escalas e de produtividades”.

Levando em consideração a definição de Martín-Barbero de que comunicar é dar existência, as populações que tradicionalmente ocupam a região amazônica têm sido invisibilizadas e, portanto, excluídas da possibilidade de serem protagonistas de seu próprio discurso e assim de determinar ou influenciar escolhas que afetem o seu destino. A *significância* dos recursos naturais, a centralidade ambiental e o exotismo do *selvagem* são as categorias que definem o que é válido como informação/não-informação sobre a região (STEINBRENNER, 2008, p. 9).

Os processos diferenciados de territorialização e sua relação com o surgimento de identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais, que caracterizam hoje a diversidade social e cultural da Amazônia, não tem tido a visibilidade necessária para o entendimento das dinâmicas diferenciadas de grupos tradicionais da região. Conseqüentemente, as suas lutas pela defesa de seus projetos de vida ficam ausentes do *debate cívico*.



Deve-se pensar, portanto, em espaços alternativos às mídias hegemônicas para que os sujeitos locais tenham voz na construção das informações sobre a Amazônia é o que Braga (2006, p. 22) chama de “sistema de resposta social”, ou seja, “a sociedade enfrenta a sua mídia”. No capítulo a seguir, ver-se-á um exemplo do que consideramos aqui como um espaço alternativo para que as populações tradicionais da Amazônia **comuniquem** a sua realidade.

4. PARA ALÉM DE UMA “FÁBRICA DE FASCÍCULOS”: ANÁLISE DO PNCSA COMO ESPAÇO DE *ENCONTRO*

Antes de um mergulho no Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, se faz necessário o entendimento acerca da emergência de identidades coletivas que culminam em esforços mobilizatórios na região, partindo-se do pressuposto de que é justamente a questão de identidade que leva pessoas a lutarem por uma determinada causa. Mas, afinal, o que tal processo tem a ver com comunicação? Com inspiração em Martín-Barbero, aposta-se, aqui, em mudar o lugar das perguntas e investigar os processos comunicacionais a partir das mediações e dos sujeitos, “a partir das articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais” (MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 29).

Foi na década de 1980 que, na Amazônia, vieram à tona lutas canalizadas na organização das populações tradicionais que, a partir de uma conjuntura de modificações profundas na estrutura social, econômica, política e cultural da região, se articulavam por meio de uma força de coesão: a identidade. Um processo de questionamento acerca das representações sobre as culturas tradicionais que as marcaram como menores e subalternas.

Desta forma, Cruz aponta o desenvolvimento de dois movimentos distintos, mas convergentes a um ponto: a “valorização das culturas tradicionais”. Trata-se primeiramente de uma valorização, de certa maneira, romântica, construída especialmente pelos discursos turísticos sobre a Amazônia. Um segundo movimento, em sentido contrário - no qual ancora-se o debate deste estudo - a “valorização das culturas tradicionais” se fazia pelas próprias populações tradicionais, como forma de *re-existência* diante do contexto já explicitado aqui.

Cruz discute, ainda, o modo como se deu essa organização cultural com fins políticos. Segundo o autor, as populações tradicionais se mantinham unidas por fatores étnicos, referências ecológicas e de autoidentificação:

Esses novos-velhos sujeitos protagonistas apontam para uma existência coletiva objetivada numa diversidade de movimentos organizados com suas



respectivas redes sociais, redesenhando a sociedade civil da Amazônia e impondo seu reconhecimento aos centros de poder (*Ibid*, p. 112).

É dessa maneira que, impedidos de ser vistos e de existir pela modernização conservadora, essas populações confrontam a ideia de submissão e de homogeneidade questionando a racionalidade que lhes fora imposta. É um processo de junção entre cultura e política na formação identitária.

O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, nesse contexto, é uma nova forma de *cartografar* a Amazônia. Mapas talhados pelas próprias mãos daqueles que tradicionalmente habitam a região e que foram inferiorizados pelo discurso colonialista, baseado numa racionalidade outra, alheia a dos seus. Como agentes ativos e construtores das suas próprias narrativas, desenham mapas além do espaço, mapas como espelho que refletem a sua identidade coletiva autodefinida e consciente em torno de demandas étnicas e territoriais na luta por direitos e reconhecimento.

O PNCSA é um projeto de natureza, em princípio, teórica, mas que dialoga com as formas de mapeamento social participativo na tentativa de fazer com que os movimentos sociais mapeados sejam eles próprios os *cartógrafos*. Seria, portanto, um exercício de autocartografia que complementaria a ideia de autodefinição.

É ainda em 1993 que o antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida lança o livro *Carajás: a guerra dos mapas*⁷, que discute o Projeto Grande Carajás da Companhia Vale do Rio Doce e já traz um mapa temático da área, mostrando os problemas fundiários em decorrência do PGC. Mas é só em 2005 que o lançamento de *Guerra ecológica nos babaçuais* começa a moldar o que é hoje o projeto.

As parcerias e trocas entre pesquisadores e movimentos foram intensificando-se de tal modo que estão se constituindo, atualmente, nos chamados núcleos, organizados em planos diferenciados, isto é, em realidades sociais diversas, não tendo, por isso, um desdobramento homogêneo das suas ações. Porém, o princípio que move é o mesmo: dar visibilidade aos esforços mobilizatórios dos agentes sociais na luta por direitos. Os núcleos, a saber: Núcleo Amazonas (abrange também o estado de Rondônia); Núcleo Pará (Belém e Marabá); Núcleo Bahia (laboratórios em Paulo Afonso e Salvador, contemplando os estados de Sergipe e Alagoas); Núcleo Maranhão (São Luis e Caxias), Núcleo Paraná (abrange região Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul); Núcleo Acre e Mato Grosso; Núcleo

⁷ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Carajás: guerra dos mapas**. Belém: Falangola, 1994. Livro produzido para o seminário-consulta "Carajás: desenvolvimento ou destruição?" que mostra o caos fundiário que afeta as populações do entorno de Carajás. O livro tem um mapa temático, além de comentários e fontes documentais.



Pernambuco; há também parcerias com Argentina e Guiana Francesa, além de pesquisadores independentes que se tornam, porventura, colaboradores.

O resultado das oficinas de mapeamento dá origem a uma série de materiais como fascículos, livros, boletins, fotografias, vídeos. A produção do chamado fascículo, publicação impressa com 11 páginas, contendo o mapa situacional desenhado pelos grupos mapeados e os depoimentos sobre a realidade em que vivem, concretiza-se com a realização da oficina de mapas. É um esforço conjunto entre movimentos sociais e pesquisadores.

A escolha das identidades coletivas a serem mapeadas acontece com base em dois procedimentos: um deles é a identificação dos movimentos sociais atuantes em processos de luta e conflitos sociais existentes nas cidades; outro, o interesse espontâneo dos movimentos em participar do processo de mapeamento social. Durante as oficinas, não existe um procedimento fechado em relação às atividades desenvolvidas. Cada mapeamento, cada oficina acontece de modo distinto, “levando em consideração os critérios étnicos, de gênero, político-organizativos e outros, que conferem uma especificidade organizativa ao agrupamento destes agentes sociais” (COSTA, 2008, p. 10).

De modo geral, eles produzem croquis, isto é, desenhos manuais contendo a percepção do espaço onde ocorrem as interações diárias do grupo, seus modos de se relacionar com o ambiente, além dos conflitos que enfrentam. O trabalho de mapeamento consiste no treinamento e na capacitação desses grupos para o uso do GPS⁸ que possibilita a delimitação de perímetros. Além das oficinas de mapas, são realizados cursos sobre legislação e técnicas de levantamento de dados e observações.

Durante a oficina tudo é gravado em áudio e vídeo e, havendo necessidade, são feitas entrevistas. As atividades são registradas, e todo o material é levado a laboratório onde é feita a compilação das informações. Constrói-se o mapa e uma cópia é, então, enviada para a avaliação do grupo mapeado. Eles selecionam o que consideram importante constar no fascículo. Depois de aprovado, a próxima etapa é a publicação do material.

O PNCSA já trabalhou com cerca de 180 grupos. Possuem 100 fascículos concluídos, dos quais 80 já publicados em séries diferenciadas, a saber: Movimentos sociais e conflitos nas cidades da Amazônia; Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos; entre outros.

⁸GPS (Global Positioning System) é uma tecnologia de localização geográfica que utiliza sinais emitidos por satélites geoestacionários, isto é, parados em relação a um ponto fixo sobre a terra, para fornecer coordenadas latitude e longitude – do local onde está o portador do aparelho equipado com essa tecnologia.

4.2. Para além de uma “fábrica de fascículos”: análise do PNCSA como espaço de *encontro*

Apresentamos as reflexões, a seguir, que serão elencadas a partir das vozes dos atores. Radicalmente distinto do modelo difusionista da comunicação, o *encontro* promovido no âmbito do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia se fundamenta através do diálogo. Trata-se de uma metodologia em processo, que, na opinião dos pesquisadores, está sendo constituída na relação com os próprios movimentos sociais, restituindo-lhes o direito à voz para além da construção do mapa de seu território.

Todos os processos e dinâmicas da produção do fascículo são importantes para que eles contenham, de fato, as representações dos grupos envolvidos. Porém, tratar o fascículo como fim em si mesmo é limitá-lo a uma produção científica sem consequências para o social. O fascículo tem sua importância, mas é no processo de construção que há o intercâmbio de saberes; troca que acaba produzindo outros materiais, como os livros.

Arydmar Gaioso, Cientista social ligada ao Núcleo Maranhão:

uma primeira reflexão a se fazer nessa relação de pesquisa e produção de conhecimento é que a Cartografia Social traz visibilidade e, por isso, novas demandas. Então como operacionalizar essas novas demandas? Que condições nós temos para atender essa demanda? Quem somos nós? Que condições nós temos para desenvolver esse trabalho?

Nice Machado Aires, Quebradeira de Coco Babaçu do município de Penalva, Maranhão:

Eu vou falar da diferença através da cartografia. No encontro que tivemos do CNS [O Conselho Nacional das Populações Extrativistas, antes Conselho Nacional dos Seringueiros], foi a importância do Maranhão, nas seis regiões, cada região é diferente: cerrado, campos, lagos, um bando de riqueza que vimos através do livro. É tanto que se a gente quiser pode separar o Maranhão da Amazônia. Com essa discussão, tentamos dizer que o extrativismo não é só castanha, nem só seringa, é tudo aquilo que a gente tira. Onde estamos trabalhando temos floresta ainda... e isso tem uma discussão forte...mudou o nome Conselho Nacional das Populações Extrativistas... Outra coisa, é que a própria pessoa que estavam no encontro, o único documento que eles se vêem e o mundo vê é o fascículo (...). O livro tira a dúvida, o cartografia é um documento que nós temos para questionar, fazer protesto e incluir outros grupos.

É importante visualizar que o projeto, “nesse afã de luta por reforço das identidades coletivas”, tem uma dimensão de ensino, uma dimensão de pesquisa e uma relação com os movimentos sociais buscando o afastamento de uma prática militante, como ressalta o coordenador Alfredo Wagner Berno de Almeida. Os pesquisadores procuram deixar clara a sua posição enquanto tais, para que a produção do conhecimento se faça com o rigor que a academia exige.



Para Alfredo Wagner Berno de Almeida, antropólogo e coordenador do PNCSA:

Nós não trocamos a nossa ação de cientista por uma ação militante. Nós mantemos o nosso critério de competência e saber, nós não perdemos a nossa condição, por isso é que nós estamos pesquisando sempre e estamos ampliando a autonomia da universidade face ao poder político, para que as universidades possam produzir independentes desse poder. Eu acho que esse também é um elemento central da construção da esfera pública no Brasil.

Davi Pereira Júnior⁹, historiador ligado ao Núcleo Maranhão, mostra experiências de trabalhos feitos pelos próprios movimentos no curso de especialização em Sociologia das Interpretações do Maranhão¹⁰:

Outra experiência da especialização também é que, como tem pessoas muito próximas ligadas ao movimento, os próprios trabalhos estão virando fascículo ou ao contrário as situações de pesquisa viram monografias. No caso do Dourival, que falou sobre o Lago de Cajari, ele também é de Cajari e a comunidade dele está dentro desse território, e o Dorival acabou produzindo a monografia dele.

Mesmo sendo vozes de sujeitos em lugares de fala múltiplos há a constante tentativa da construção do conhecimento por meio do diálogo com os movimentos sociais. Vê-se aí a comunicação na sua forma primeira, como descreve Peruzzolo (2006, p. 30), “uma relação de ser a ser; de um ser que quer passar uma mensagem a outro, cuja mensagem será confirmada por uma certa resposta, no nível meramente aquiescente do encontro, porque tudo se passa nos encontros dos corpos ao se agenciarem”.

Nesse sentido, a professora Cynthia Martins, do Maranhão, ressalta que,

para a produção do fascículo a relação do pesquisador e o grupo tem que estar bem estabelecida. Quanto maior a interação entre pesquisador e grupo, as possibilidades se ampliam. Quando não tem esse vínculo, o pesquisador tem dificuldade de se integrar no trabalho. A produção do mapa traz a representação dos grupos sobre a sua territorialidade, mas o pesquisador também participa dessa construção. Em algumas áreas o pesquisador também leva informação para ajudar nessa construção da territorialidade do grupo (MARTINS, 2009).

Maria de Jesus Bringelo, Dona Dijé, coordenadora do MIQCB, defende a complementaridade entre os diferentes tipos de conhecimentos:

Espero que haja maior interlocução entre o saber acadêmico e o saber tradicional. Sou de um estado que quando pensa que deu 3 passos para

⁹ Pesquisador do Grupo de Estudos Socioeconômicos da Amazônia (GESEA), no Maranhão. Dentro do GESEA realiza pesquisas para o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Fascículos em que esteve envolvido: Quilombolas de Caxias; Quilombolas de Codó, Peritório e Lima Campos. A pesquisa junto a comunidades quilombolas de Alcântara resultou no *Livro Quilombolas de Alcântara: território e conflito*.

¹⁰ A especialização em *Sociologia das Interpretações do Maranhão: povos e comunidades tradicionais, desenvolvimento sustentável e políticas étnicas* foi promovida pela Universidade Estadual do Maranhão, junto ao Centro de Cultura Negra do Maranhão, direcionado aos que desempenham atividades nos governos municipal e estadual do Estado, em Organizações não-governamentais e em movimentos sociais.



frente, deu 10 para trás. E o modo como os fascículos são feitos permite trazer a tona os nossos saberes e entender a mensagem que querem (...), porque o trabalho é confiável, num é um trabalho que dizemos uma coisa e escrevem outra. Um pedaço da minha história se faz verdade. Acredito que a luta esteja fortalecida.

O projeto, além de possibilitar o diálogo, trabalha na tentativa de dar visibilidade às identidades coletivas e às lutas empreendidas pelos movimentos. Visibilidade que não ocorre nos *media*. As mediações dos meios de comunicação passam a compor a trama dos discursos e da ação política. Dada a trama complexa de mediações que a relação comunicação/cultura/política articula, faz-se necessário entender que há uma “reconfiguração das *mediações* em que se constituem os novos modelos de interpelação dos sujeitos e de representação dos vínculos que dão coesão à sociedade” (MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 14). O debate, portanto, entre sociedade civil e poder político institucionalizado, que deveria ser travado para que as políticas públicas fossem pensadas com base em decisões democráticas, se torna débil.

Félix Silva coordenador geral da Associação dos Trabalhadores do Porto do Açaí (ATPA) e dos movimentos em defesa dos portos públicos de Belém, explicita essa questão:

O portal da Amazônia, pra mim é o portal da Amazônia. Aqui vocês têm a fala do governo, a fala oficial, e ao lado as falas da comunidade e do grupo de trabalho. Quem é o Golias em todas as regiões: os fazendeiros, latifundiários, e o governo. Nós temos nossa voz. Todo mundo quer ter acesso a um desses. Na mídia parece um projeto maravilhoso, mas pra nós não. O projeto original seria bom, mas o que querem implantar não.

A professora Cynthia Martins explica como essas discussões são levadas aos movimentos:

Por exemplo, se tem uma área com um grande projeto em fase de implantação, o pesquisador leva essa informação ao grupo e aí o grupo começa a refletir sobre isso, nesse sentido da interação. O mapa não é um retrato completo da comunidade, ele passa por um processo de construção.

O que observamos no Brasil é a existência cada vez mais persistente de uma experiência social composta por traços marcadamente midiáticos. Desta maneira, a construção de um espaço público, no qual encontremos questões de lutas, manifestações, contestações ou conformidades dos atores da sociedade, se faz em função da visibilidade proporcionada pelos dispositivos da mídia.

No entanto, a capacidade de publicização e visibilização proporcionada pela mídia não é a única forma de construção democrática no Brasil. As novas formas de mobilização organizadas por movimentos sociais e estes, por sua vez, alinhados a uma outra



lógica de produção de sentidos, se faz presente na sociedade, e se mostra potencial diante da colossal e avassaladora estrutura dos dispositivos midiáticos.

5. CONSIDERAÇÕES

O que se pretendeu com esta análise não foi somente refletir sobre os parâmetros do PNCSA. Foi e é, sim, ajudar a encontrar, como nos diz Boaventura de Souza Santos, “uma alternativa de alternativas”. E em resposta à pergunta que nos impulsionou nesta empreitada entendemos os fascículos como instrumento para que os grupos, de posse deles, possam comunicar-se e constituir-se como visíveis socialmente e, assim, reivindicar as políticas públicas que lhes são de interesse.

Destacamos dois aspectos comunicacionais fortemente presentes no PNCSA. O primeiro aspecto diz respeito à comunicação como *encontro*, como relação essencial do ser, na medida em que o diálogo entre pesquisadores e grupos se manteve como uma constante norteadora da construção dos fascículos e da própria concepção do projeto. O segundo concerne a um nível externo, isto é, além do espaço imediato do projeto, haja vista que o uso da palavra **visibilidade** foi unânime nas falas de pesquisadores e grupos mapeados ao referirem-se aos resultados obtidos com a produção dos mapas. Visibilidade que pode ser traduzida, de um lado, por um certo reconhecimento de alguns dos grupos frente ao poder público e à sociedade e, de outro, por um aumento das demandas e desafios com os quais os pesquisadores e movimentos têm de lidar.

A metodologia do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia só pode ser legitimada justamente porque aí se estabelece um diálogo; e é este diálogo, por sua vez, que permite – a pesquisadores, à sociedade e aos próprios grupos -, como que num encontro, ouvir-se mutuamente. É o que consideramos inovador: é a metodologia que legitima as vozes dos atores. E, na medida em que o PNCSA oferece esse espaço de diálogo e debates sobre diferentes realidades, ainda que os lugares de fala sejam distintos e que o imanente jogo de poder esteja presente, o desenhar dos fascículos e a relação entre pesquisadores e pesquisados constitui-se, sim, como um espaço alternativo aos discursos midiáticos.

Percebemos, então, que ainda que a categoria igualdade, nas falas de Alfredo Wagner, seja uma categoria difícil, principalmente porque não escapamos aos lugares de fala foucaultianos nas relações de poder, há no Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia a tentativa de construção de um modo de ensino, pesquisa e relação social que culmine no que concebemos como democracia de fato e de direito.



REFERÊNCIAS

- BECKER, Bertha. **Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?** *Parcerias Estratégicas*, n. 12, 2001, pp. 135-159. Disponível em: <http://www.unifap.br/ppgbio/ppgbio2007/Becker.pdf>
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre o poder simbólico. O Poder Simbólico**, Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil 2001.
- BRAGA, José Luiz. O sistema de resposta social. In: **A sociedade enfrenta a sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática**. São Paulo: Paulus, 2006.
- COELHO, Maria Célia N.; MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **As políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia**. In: *Novos Cadernos NAEA*, v. 7, n. 1, p. 91-122, Jun. 2004.
- COSTA, Solange Gayoso da. et.al. **Movimentos sociais na cidade de Belém e a cartografia social: territorialidades e luta pela afirmação de identidades coletivas**. In: *Seminário Amazônia e Fronteiras do Conhecimento*, 1., 2008, Belém, PA. *Anais Seminário NAEA*, 2008.
- CRUZ, Valter do Carmo. Territórios, identidades e lutas sociais na Amazônia. In: HAESBAERT, Rogério; ARAÚJO, Frederico de. **Identidades e Territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007.
- DINES, Alberto. **Fim do muro e da cortina: Mídia cobriu a festa sem entender**. *Observatório da Imprensa*, São Paulo, ano 14, 10 nov. 2009. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=563JDB001>
- DUTRA, Manuel Sena. **A natureza da mídia: os discursos da TV sobre a Amazônia, a biodiversidade, os povos da floresta**. Belém: NAEA/UFPA, 2009.
- EPSTEIN, Isaac. Ciência, poder e comunicação. In: Duarte, Jorge; Barros, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MARÍN, Rosa Acevedo. Apresentação à **A natureza da mídia: os discursos da TV sobre a Amazônia, a biodiversidade, os povos da floresta**. Belém: NAEA/UFPA, 2009. p. 11-13.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 5.ed. Trad. Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- PERUZZO, Cicilia Maria K. Observação participante e pesquisa-ação. In: Duarte, Jorge; Barros, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.



PERUZZOLO, Adair Caetano. **Midiatização, sociedade e sentido.** In: Publicações Midiaticom. Unisinos. Rio Grande do Sul, 2007. Disponível em: http://projeto.unisinos.br/midiaticom/conteudo/artigos/2007/artigos_externos/Artigo_AdairPeruzzolo.pdf

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política.** São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, Eduardo D. G. Por uma epistemologia da comunicação. In: Maria Immacolata Vassalo de Lopes. (Org.). **Epistemologia da Comunicação.** 1. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

STEINBRENNER, Rosane M. A. **Mídia alternativa para um desenvolvimento alternativo na amazônia.** In: Seminário Amazônia e Fronteiras do Conhecimento, 1., 2008, Belém, PA. Anais Seminário NAEA, 2008.

Depoimentos e Entrevistas

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. **Conferência de abertura.** In: Encontro entre pesquisadores e movimentos sociais do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, 4., 2009, São Luis, MA. Decupagens Encontro PNCSA, 2009.

_____. **Entrevista.** Realizada em maio, 2009. Decupagens Arquivo pessoal, 2009.

AIRES, Nice Machado. **Entrevista.** In: Encontro entre pesquisadores e movimentos sociais do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, 4., 2009, São Luis, MA. Decupagem Encontro PNCSA, 2009.

BRINGELO, Maria de Jesus. **Explicação.** In: Encontro entre pesquisadores e movimentos sociais do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, 4., 2009, São Luis, MA. Decupagem Encontro PNCSA, 2009.

GAIOSO, Arydmar. **Explicação.** In: Encontro entre pesquisadores e movimentos sociais do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, 4., 2009, São Luis, MA. Decupagem Encontro PNCSA, 2009.

MARTINS, Cynthia. **Explicação.** In: Encontro entre pesquisadores e movimentos sociais do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, 4., 2009, São Luis, MA. Decupagem Encontro PNCSA, 2009.

PEREIRA JÚNIOR, Davi. **Entrevista.** In: Encontro entre pesquisadores e movimentos sociais do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, 4., 2009, São Luis, MA. Decupagem Encontro PNCSA, 2009.

SILVA, Félix. **Explicação.** In: Encontro entre pesquisadores e movimentos sociais do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, 4., 2009, São Luis, MA. Decupagem Encontro PNCSA, 2009.